

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ITAJUBÁ LTDA - SICOOB SUL DE MINAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2021

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ITAJUBÁ LTDA - SICOOB SUL DE MINAS - SICOOB SUL DE MINAS**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **25/09/2000**, filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE – SICOOB CENTRAL CECREMGE** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB SUL DE MINAS**, sediado à **Rua Presidente Roosevelt, 27 – Bairro: Morro Chic**, possui **04** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **ITAJUBÁ - MG, PIRANGUINHO - MG, MARIA DA FÉ - MG**.

O **SICOOB SUL DE MINAS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em **02/08/2021**.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em Vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Resolução CMN 4.872/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ITAJUBÁ LTDA - SICOOB SUL DE MINAS junto a seus associados, empregados e a comunidade seguiu as

recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adota alternativas que auxiliaram no cumprimento da nossa missão.

Foram tomadas atitudes profilática e utilizado equipamentos de proteção individual com barreiras física de proteção dos colaboradores. Quinzenalmente todas as agências foram sanitizadas e sempre que algum colaborador foi acometido pela doença ele foi afastado e todos os colaboradores de agência realizaram teste de COVID-19.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos

contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2021**.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários (a)	4.057	3.233
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	42.569	43.638
TOTAL	46.626	46.871

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

(b) Referem-se as operações com disponibilidade imediata e cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em **30 de junho de 2021** e **31 de dezembro de 2020**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Centralização Financeira – Cooperativa	42.569.399,42		43.638.176,94	

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos descontados	27.914	25.400	53.315	18.586	35.975	54.561
Financiamentos	1.863	4.239	6.102	1.975	3.632	5.607
Financiamentos Rurais	35	542	577	31	41	72
Total de Operações de Crédito	29.812	30.181	59.994	20.592	39.648	60.240
(-) Provisões para Operações de Crédito	(3.383)	0	(3.383)	(2.931)	0	(2.931)
TOTAL	26.429	30.181	56.611	17.661	39.648	57.309

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2021	Provisões 30/06/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA - Normal	2.686	1.245	0	3.931		3.939	
A 0,5% Normal	20.241	810	500	21.551	(108)	21.551	(108)
B 1% Normal	11.993	2.696	55	14.743	(147)	15.797	(158)
B 1% Vencidas	59	20	0	80	(1)	84	(1)
C 3% Normal	11.082	1.155	0	12.237	(367)	11.950	(359)
C 3% Vencidas	182	0	0	182	(5)	63	(2)
D 10% Normal	2.474	11	22	2.507	(251)	2.113	(211)
D 10% Vencidas	331	0	0	331	(33)	372	(37)
E 30% Normal	1.504	45	0	1.549	(465)	2.210	(663)
E 30% Vencidas	501	32	0	533	(160)	451	(135)
F 50% Normal	72	37	0	109	(54)	424	(212)
F 50% Vencidas	490	0	0	490	(245)	153	(77)
G 70% Normal	614	0	0	614	(430)	17	(12)
G 70% Vencidas	61	3	0	65	(45)	541	(379)
H 100% Normal	126	6	0	132	(132)	83	(83)
H 100% Vencidas	897	43	0	940	(940)	495	(495)
Total Normal	50.792	6.004	577	57.373	(1.954)	58.084	(1.805)
Total Vencidos	2.522	98	0	2.621	(1.429)	2.159	(1.126)
Total Geral	53.315	6.102	577	59.994	(3.383)	60.243	(2.931)
Provisões	(3.218)	(159)	(5)	(3.383)		(2.931)	
Total Líquido	50.096	5.943	572	56.611		57.312	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos descontados	16.911	11.003	25.400	53.315
Financiamentos	542	1.321	4.239	6.102
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	35	0	542	577
TOTAL	17.488	12.324	30.181	59.994

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	30/06/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	838	5	0	843	1%
Setor Privado - Indústria	261	0	0	261	0%
Setor Privado - Serviços	40.016	4.756	0	44.771	75%

Pessoa Física	12.175	1.334	577	14.086	23%
Outros	89	7	0	96	0%
TOTAL	53.378	6.102	577	60.057	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	2.931.264,19	1.570.724,07
Constituições/reversões no período	1.011.876,36	2.487.951,79
Transferência para prejuízo	(560.241,17)	(1.127.411,67)
TOTAL	3.382.899,38	2.931.264,19

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	1.042	2%	1.059	2%
10 Maiores Devedores	8.177	14%	8.120	13%
50 Maiores Devedores	23.826	40%	23.777	39%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	3.681.190,62	2.659.104,48
Valor das operações transferidas no período	560.241,17	1.127.411,67
Valor das operações recuperadas no período	(241.501,01)	(100.000,00)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(76.708,44)	(5.325,53)
TOTAL	3.923.222,34	3.681.190,62

7. Outros Ativos Financeiros

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Creditos por Avais e Fianças Honrados (a)	66.350,68	0	89.150,79	0
Rendas a receber (b)	239.898,30	0	149.223,38	0
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	5.494,30	21	4.370,05	0
Títulos e Créditos a receber (d)	86.806,25	0	67.229,50	0
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	(57.579,85)	0	(78.440,94)	0
TOTAL	403	21	0	0

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo **BANCO SICOOB**, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R\$ 132.892,64) e outros (R\$ 107.005,66);

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou recebidos como pagamento de dívidas;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas;

(e) Refere-se a valores com características de concessão de crédito (R\$ 264,93) e avais e fianças honrados (R\$ 57.314,92).

7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Outros Créditos	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 30/06/2021	Provisões 30/06/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
B	1% Normal	0	0	26.492,95	26.492,95	264,93	50.009,72	(500,10)
E	30% Normal	0	2.599,22	0	2.599,22	779,76	2.028,27	(608,48)
E	30% Vencidas	0	1.705,64	0	1.705,64	(511,70)	1.643,28	(492,98)
F	50% Normal	0	0	0	0	0	1.526,59	(763,30)
F	50% Vencidas	0	6.445,63	0	6.445,63	(3.222,81)	2.731,40	(1.365,70)
G	70% Normal	0	0	0	0	0	10.093,15	(7.065,20)
G	70% Vencidas	0	9.331,85	0	9.331,85	(6.532,30)	11.609,77	(8.126,84)
H	100% Vencidas	0	46.268,31	0	46.268,34	(46.268,34)	59.518,33	(59.518,33)
Total Normal		0	2.599,22	26.492,95	29.092,17		63.657,73	(8.937,08)
Total Vencidos		0	63.751,46	0	63.751,46		75.502,78	(69.503,85)
Total Geral		0	66.350,68	26.492,95	92.843,63	(57.579,85)	139.160,51	(78.440,93)
Provisões		0	(57.314,92)	(264,93)	(57.579,85)		(78.440,94)	(78.440,93)
Total Líquido		0	9.035,76	26.228,02	35.263,78		60.719,58	

8. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Estão compostos em 30/06/2021:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a compensar	21	0	0	0
TOTAL	21	0	0	0

9. Outros Ativos

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações salariais (a)	65	0	0	0
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta (a)	1	0	0	0
Devedores Diversos – País (b)	60	0	0	0
Material em Estoque (c)	1	0	0	0
Ativos não Financ. Mantidos para Venda – Recebidos (d)	252	0	0	0
Despesas Antecipadas (e)	28	0	0	0
TOTAL	408	0	0	0

(a) Em adiantamentos e antecipações salariais e pagamentos de nossa conta estão registrados os saldos relativos a antecipação da primeira parcela do 13º salário (R\$ 65.458,83) e pagamento de pequenas despesas (R\$ 786,94);

(b) Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ 47.165,68), diferença de caixa (R\$ 636,70), Pendências a Regularizar – **BANCO SICOOB** (R\$ 12.371,86);

(c) Em material em estoque está registrado o saldos de estoque cartões provisórios (R\$ 1.287,00);

(d) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados em 2021 por força da Carta Circular BCB 3.994/2019;

(e) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, alvará de funcionamento, contribuição confederativa e processamento de dados.

10. Investimentos

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB** (Instituição Financeira Controlada por Cooperativas de Crédito), conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central De Crédito	1.483	1.415
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	94	94
TOTAL	1.577	1.509

11. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2021	31/12/2020
Instalações	10%	1.100	1.100
Móveis e equipamentos de Uso	10%	479	474
Sistema de Processamento de Dados	20%	990	854
Sistema de Segurança	10%	33	29
Total de Imobilizado de Uso		2.601	2.458
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(503)	(418)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(701)	(597)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(1.204)	(1.016)
TOTAL		1.397	1.442

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

12. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	25	25
Sistemas De Comunicação E De Segurança	59	59
Licenças E Direitos Autorais E De Uso	105	105
Total de Intangível	189	188
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(126)	(114)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(126)	(114)
TOTAL	63	75

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “*pro rata temporis*”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista	27.637	0	0	0
Depósito a Prazo	55.729	0	0	0
TOTAL	83.366	0	0	0

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	12.862	15%	13.544	16%
10 Maiores Depositantes	28.333	34%	26.105	31%
50 Maiores Depositantes	45.500	55%	43.512	52%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Depósitos a Prazo	(676)	(767)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(18)	0
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(63)	(47)
TOTAL	(758)	(814)

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04).

Descrição	30/06/2021	Taxa média	31/12/2020	Taxa média
Despesa Letras de Crédito do Agronegócio	0	0	0	0
Despesa Letras de Crédito do Imobiliário	-18	0	0	0

15. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	Taxa	Vencimento	30/06/2021		31/12/2020	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Repasse do País - Instituições Oficiais	12%a.a	12/07/2023	3.231	0	0	0
TOTAL			3.231	0	0	0

16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (a)	83.939,78	0,00	125,27	0,00
Sociais e Estatutárias	526.630,83	0,00	484.714,26	0,00
Fiscais e Previdenciárias	136.647,57	0,00	125.514,47	0,00
Negociação e Intermediação de Valores	15.964,49	0,00	17.539,51	0,00
Diversas (b)	2.338.223,75	0,00	3.893.013,82	0,00
TOTAL	3.053.134,24	0,00	4.466.907,33	0,00

(a) Em cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos de: operações de crédito de IOF (R\$ 35.446,04), operações com títulos e valores (R\$ 221,56) e estaduais (R\$ 48.269,18);

(b) Em diversas temos registrados os valores a repassar relativos a convênios de energia elétrica e gás (R\$ 4.352,09), aluguéis (R\$ 23.043,41), assessoria técnica (R\$ 750,00), comunicações (R\$ 4.745,38), processamento de dados (R\$ 3.025,44), segurança e vigilância (R\$ 47.485,46) e outros (R\$ 2.254.821,97).

17. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB SUL DE MINAS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 30/06/2021 e 2020, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Provisões

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	83	5	0	0
Provisão Para Contingências (b)	7	0	0	0
TOTAL	90	5	0	0

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por obrigações e riscos em garantias

prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Cíveis	7.257,18	-	10.684,02	-
Trabalhistas	-	-	-	-
Fiscais	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
TOTAL	7.257,18	-	10.684,02	-

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB SUL DE MINAS**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 7257,18. Essas ações abrangem, basicamente, processos cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de saída.

19. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais e previdenciárias classificadas no passivo, estão assim compostas:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	4	0	0	0
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	3	0	0	0
Impostos e Contribuições sobre Salários	115	0	0	0
Outros	14	0	0	0
TOTAL	137	0	0	0

20. Outros Passivos

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	4.710,68	0,00	3.110,87	0,00
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros (b)	336.215,88	0,00	314.467,82	0,00
Provisão para Pagamento a Efetuar (c)	648.180,93	0,00	448.326,65	0,00
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (d)	87.717,94	0,00	85.606,91	5.074,16
Credores Diversos – País (e)	1.254.414,14	0,00	212.987,66	0,00
Provisão para contingência	7.257,18	0,00	10.684,02	0,00
TOTAL	2.338.223,75	0	1.064.499,91	5.074,16

(a) Refere-se ao valor das obrigações com fornecedores;

(b) Refere-se ao valor das obrigações com empresas conveniadas para repasse de pagamento de salário aos seus colaboradores;

(c) A provisão para pagamento de despesas de pessoal (R\$ 449.930,84) despesas com água/energia/gás (R\$ 4.352,09), processamento de dados (R\$ 3.025,44), aluguel (R\$ 23.043,41), assessoria técnica (R\$ 750,00), comunicações (R\$ 4.745,38), segurança e vigilância (R\$ 47.485,46), estagiários (R\$ 1.600,00), seguro prestamista (R\$ 55.917,31), despesas com

cartões (R\$ 44.920,77), outras despesas administrativas (R\$ 8.874,02) e ordem de pagamento de encerramento de conta salário (R\$ 3.536,21);

- (d) Refere-se a provisão para garantias prestadas;
- (e) Refere-se as pendências escrituradas na conta do passivo;
- (f) Refere-se ação judicial passiva.

20.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Participações nos Lucros (a)	95	0	0	0
Resultado de Atos com Associados (b)	130	0	0	0
Cotas de Capital a Pagar (c)	302	0	0	0
TOTAL	527	0	0	0

- (a) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras;
- (b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme Estatuto Social. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971;
- (c) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social.

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Capital Social	5.275.531,92	4.831.372,30
Total de Associados	4.294	4.024

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **28/04/2021**, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020** da seguinte forma:

- Para Fundo de Reserva, no valor de R\$ 1.627.907,89;
- 100% para Conta Capital, no valor de R\$ 681.395,67.

22. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisiona o juros ao capital próprio no mês de dezembro com o objetivo de remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic.

A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

23. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	50	69
Rendas de Empréstimos	3.933	3.936
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	231	541
Rendas de Financiamentos	425	372
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	4	0
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	242	29
TOTAL	4.884	4.948

24. Dispendios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas De Captação	(758)	(814)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	757	578
Reversões de Provisões para Outros Créditos	8	4
Provisões para Operações de Crédito	(1.712)	(2.188)
Provisões para Outros Créditos	(45)	(88)
TOTAL	(1.750)	(2.508)

25. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Cobrança	290	302
Rendas de Outros Serviços	455	319
TOTAL	745	622

26. Rendas de Tarifas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	117	97
Rendas de Serviços Prioritários - PF	67	89
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	14	8
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	628	747
TOTAL	826	941

27. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(21)	(20)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(420)	(433)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(195)	(195)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(417)	(331)
Despesas de Pessoal - Proventos	(888)	(855)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(18)	(26)
TOTAL	(1.959)	(1.860)

28. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(42)	(36)
Despesas de Aluguéis	(187)	(161)
Despesas de Comunicações	(118)	(125)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(46)	(45)
Despesas de Material	(29)	(30)
Despesas de Processamento de Dados	(211)	(208)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(15)	(34)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(22)	(10)
Despesas de Publicações	(15)	(10)
Despesas de Seguros	(30)	(34)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(321)	(243)
Despesas de Serviços de Terceiros	(96)	(121)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(173)	(199)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(160)	(67)
Despesas de Transporte	(140)	(112)
Despesas de Viagem no País	0	0
Despesas de Amortização	(12)	(12)
Despesas de Depreciação	(187)	(173)
Outras Despesas Administrativas	(89)	(82)
Emolumentos judiciais e cartorários	(46)	(42)
Contribuição a OCE	(9)	(3)
Rateio de despesas da Central	(70)	(68)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(48)	(38)
TOTAL	(2.067)	(1.853)

29. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	2	0
Dividendos	2	6
Distribuição de sobras da central	56	64
Rendas de repasses Del Credere	4	1
Outras rendas operacionais	32	9
Rendas oriundas de cartões de crédito e aquisição	243	370
TOTAL	340	451

30. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Outras Despesas Operacionais	(18)	(14)
Descontos concedidos - operações de crédito	0	0
Cancelamento - tarifas pendentes	(82)	(115)
Perdas por Redução ao Valor Recuperável de Ativos de Uso	(1)	0
TOTAL	(102)	(129)

31. Outras Receitas e Despesas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Ganhos de Capital	2	7
Outras Rendas não Operacionais	1	0
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	0	0
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	0	(4)
Resultado Líquido	3	3

32. Resultado Não Recorrente

Conforme normativo interno sobre resultados não recorrentes, no primeiro semestre de 2021 não houve registros referentes a resultado não recorrente.

33. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no primeiro semestre de **2021**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	85	16,33%	0
TOTAL	85	16,33%	0
Montante das Operações Passivas	5.975	2355,52%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **30/06/2021**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	0	0	0,01%
Empréstimos	1.358	6	279,65%
Financiamentos	43	0	69,72%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	745	270,19%	0%
Depósitos a Prazo	12.205	2190,12%	30,15%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	320	2012,96%	30,31%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
--	--	-------------------

Empréstimos	31,75%	0
Financiamentos Rurais - repasses	65%	0
Aplicação Financeira - Pós Fixada	9651,99%	0
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	267,76%	0

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 30/06/2021	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Aplicações Financeiras	2355,52%

d) Créditos baixados como prejuízo no decorrer do período:

MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS BAIXADOS COM PREJUÍZO DE PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 30/06/2021	
Cobrança Administrativa	-
Cobrança Judicial	-
Não cobrados	-
TOTAL GERAL	-

e) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos	1.661
Financiamentos	1.166
Financiamentos - Rurais	-
Financiamentos - Rurais - repasses	-

f) As doações efetuadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

DOAÇÕES A PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 30/06/2021 (R\$)	
Pessoa Física	-
Pessoa Jurídica	-
TOTAL DOAÇÕES	-

g) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	30/06/2021	31/12/2020

h) No primeiro semestre de 2021 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 30/06/2021 (R\$)		
Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(420)	(433)

i) No decorrer do exercício houve aquisições no montante de R\$ **0,00**, por partes relacionadas, de bens recebidos pela singular em dação em pagamento, bem como da venda de bens patrimoniais da Cooperativa.

j) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

30/06/2021	31/12/2020
252.134,87	187.974,62

34. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ITAJUBÁ LTDA - SICOOB SUL DE MINAS - SICOOB SUL DE MINAS**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE - SICOOB CENTRAL CECREMGE**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB SUL DE MINAS** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECREMGE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

35. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação e BANCO SICOOB.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Encontra-se disponível no sítio das Cooperativas, seção Relatórios, o Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar 3, aplicável às Cooperativas enquadradas nos Segmentos S3 e S4.

35.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

35.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

35.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas

simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

35.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao Centro Cooperativo Sicoob – CCS, a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

35.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Centro Cooperativo Sicoob – CCS realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

36. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

37. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

ITAJUBÁ-MG, 20 de agosto de 2021



ERWIN ROLF MADISSON JÚNIOR
DIRETOR COORDENADOR E DE FINANÇAS

ELIDA ABRANCHES RAFFOUL CIARALLO
DIRETORA COMERCIAL

KAROLINE RODRIGUES FARIA SILVA
CONTADOR MG - 107767/O-3